

Eletrobras apresenta Resultado 3T21 (13% maior que o do mesmo período em 2020), lucro de R\$ 5,1 bilhões em 2021 e mais de R\$ 35,9 bilhões acumulados desde 2018!

No último dia 16 a Eletrobras divulgou publicamente seus resultados referentes ao 3º trimestre de 2021, que mostraram mais uma vez que está operacional e financeiramente robusta. Com lucro de R\$ 5,1 bilhões acumulado em 2021, a empresa já soma mais de R\$ 35,9 bilhões de lucros desde 2018. **Com mais de R\$20 bilhões em caixa e com um Lajida (geração potencial de caixa anual) também superior a R\$20 bilhões.** O indicador de endividamento Dívida Líquida/Ebitda da Eletrobras está em 0,9x, o que revela um endividamento em patamar mais baixo que o de outras grandes empresas do setor (Taesa 3x, EDP 2,4x, CPFL 2x, Engie 2x).

Isso confirma que a Eletrobras está financeiramente forte, totalmente desalavancada e pronta para investir. Os investimentos não ocorrem porque faz parte do projeto privatista do governo e da atual direção da empresa entregar a Eletrobras de bandeja aos futuros acionistas privados, já que os recursos que dizem que vão colocar na privatização serão encontrados em uma Eletrobras com muitos recursos em caixa. Trata-se da compra do controle de uma megaempresa a investimento zero, pois, colocando R\$ 16 bilhões na privatização vão encontrar R\$ 20 bilhões em caixa, que somados às receitas ilimitadas advindas da descotização farão chover dividendos nos bolsos dos especuladores gananciosos.

Cabe lembrar que os recursos importantes disponíveis à Eletrobras, tanto de seu caixa como de sua capacidade de captação de recursos via mercado, poderiam ajudar a economia do país e a superação da crise hídrica com investimentos. Entretanto, a capacidade gigantesca de investimentos da Eletrobras está sendo guardada para ser utilizada fartamente na distribuição de dividendos para aplacar a sede do mercado financeiro e agradar aos amigos do ministro da Economia Paulo Guedes, o 'cabeça' dos especuladores e atual "laranja" dos bancos e fundos especulativos do mercado, aqueles abutres que ficam escarniando até a morte o povo brasileiro.

Mais uma vez, os resultados apresentados provam que são falsas as afirmações do governo e da diretoria da Eletrobras de que a privatização trará novos investimentos, pois os acionistas privados, que hoje já dominam as diretorias das empresas Eletrobras, vêm mostrando que querem realmente é sentar em cima dos ativos operacionais e sugar o máximo deles, sem apresentar nenhuma contrapartida em termos de investimentos para a população brasileira. **Pelos resultados, a Eletrobras prova que é eficiente, pois com tarifas baixas consegue entregar energia barata e segura aos consumidores pessoas física e jurídica do Brasil.**

Como é comum quando se aproxima a privatização de uma grande empresa, os executivos a frente, comprometidos com sua entrega e dilapidação, promovem uma limpa no balanço através de acordos escusos. Essa medida tem dupla serventia para os executivos entreguistas: de um lado

reduz o lucro da empresa, reforçando o discurso de ineficiência e pouca lucratividade; e de outro, permite acordos que podem render bons valores “por fora”. Assim, um dos casos mais complicados na Eletrobras é o do Empréstimo Compulsório da Eletrobras – ECE.

O empréstimo compulsório não foi constituído em favor da holding, de forma que a Eletrobras teria atuado em nome da União para arrecadar e administrar os valores destinados a cumprir obrigações, na época assumidas pelo governo federal, na expansão do setor elétrico. Há época foi uma opção do acionista majoritário e administrador da Eletrobras, a União, pelo modelo de Empréstimo Compulsório, evitando e postergando aportes de capital na empresa.

No âmbito do ECE, além de efetuar pagamentos recordes, que somam mais de R\$ 5 bilhões nos últimos 2 anos, afetando negativamente o caixa da empresa, também registrou mais R\$ 9 bilhões em novas provisões, afetando negativamente o lucro da empresa em 2021 e acumulando um passivo que já chega a R\$ 26 bilhões. Ocorreu ainda o acordo milionário com a El Paso, no valor de R\$ 567 milhões. Impressionante como a Empresa cavouca fundo o buraco para encontrar mais provisões que ajudem escamotear lucro e eficiência operacional.

Entretanto, ela não age assim tão claramente quando se pronunciou de forma muitíssimo discreta a respeito da decisão recente do STJ sobre a cobrança de juros remuneratórios cumulando com Selic do período pós 2005. Apesar de ser uma decisão de um processo específico, o mundo jurídico sabe que isso representa uma decisão replicante e jurisprudencial. Assim, a decisão é muito importante, pois reduzirá significativamente o provisionamento do que ainda se vai pagar, como também propiciaria à Eletrobras peticionar em muitos processos para que os exequentes (e suas bancas de advogados) devolvam à Eletrobras, com juros e correção monetária, a soma bilionária que receberam, relacionada a essa verba específica. São lucro e dividendos direto na veia! É por isso que a Eletrobras, o governo e a mídia não dão a importância necessária ao assunto.

A privatização está por vir e os bancos e fundos especulativos querem abocanhar/garfar também boa parte desse pote de ouro, que hoje caberia à União, acionista majoritária. É o “mercado” do dinheiro fácil e sem riscos, obtido com um golpe engendrado e operacionalizado através das raposas velhas de rabo felpudo que compõem hoje a alta administração da Eletrobras (Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal) e os staffs dos Ministérios da Economia e de Minas e Energia. Vamos levar mais este ativo encoberto ao TCU, para que aquele órgão também considere essa escaramuça em sua análise sobre a privatização.

Ademais, empréstimo compulsório somente pode ser instituído pela União mediante lei complementar, sendo assim, se a competência é da União, não cabe somente a Eletrobras arcar com as despesas frente essa atividade, tem que ter viés da solidariedade da União, já que Eletrobras vem honrando sozinha com o pagamento do ECE e seus encargos, fazendo pagamentos regulares de juros remuneratórios e o pagamento de principal, via conversão em ações preferenciais, como prevê a legislação. O que está sendo discutido e cobrado nos processos

judiciais do Empréstimo Compulsório é a diferença de correção monetária advinda de pacotes econômicos implantados pela própria União, alheios à Eletrobras. Existe um contencioso judicial expressivo no STF, em face da União, para que seja considerada responsável solidária e desembolse para o cofre da Eletrobras a metade do que a empresa já pagou em processos judiciais do ECE, nada mais justo! Isso mudaria todo esse cenário, pois estamos falando de milhões para o caixa da Eletrobras. São coisas que a sociedade tem que ter conhecimento!

É nesse espírito de tentativa de degradação dos resultados da empresa, que têm sido excelentes, que a imprensa destacou em seu noticiário que “o lucro da Eletrobras sofreu uma redução de 66% no trimestre”, sem, contudo, dar o mesmo destaque para o resultado acumulado no ano, que supera o ano anterior em 13%!

Destacamos abaixo os resultados apresentados pela empresa em 2021.

Receita Bruta Operacional 9M21: R\$ 31 bilhões

Lajida recorrente (últimos 12 meses): R\$ 20,4 bilhões

Dívida Líquida/Ebitda: 0,9x

Lucro: R\$5,1 bilhões (13% superior ao mesmo período de 2020)

Valor Total do Ativo: R\$193 bilhões

Por isso, parabenizamos aqui todos os trabalhadores e trabalhadoras por, apesar das adversidades desses tempos difíceis de pandemia e lutas internas pela manutenção de direitos adquiridos, entregaram um resultado excelente, possibilitando energia de qualidade e a baixo preço para todo país.

PARABÉNS AOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA ELETROBRAS!

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#)).

A Diretoria, em 24 de novembro de 2021.

Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

